DOI: 10.4025/actascihealthsci.v33i2.8383

Condições de vida de famílias ribeirinhas moradoras nas residências populares do município de Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil

Doris Marli Petry Paulo da Silva[1*] e Eduardo Augusto Tomanik[2]

*[1]Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. [2]Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: dorispetry@yahoo.com.br*

RESUMO. Como parte de um conjunto maior de estudos ecológicos, procurou-se conhecer as condições de vida dos moradores dos três conjuntos habitacionais do município de Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil. A amostra constituiu-se de 63 famílias. Um adulto de cada moradia foi entrevistado, após ciência dos objetivos da pesquisa e da confidencialidade dos dados. As informações socioeconômicas do grupo amostral foram obtidas por meio de um inquérito domiciliar, nos meses de julho/2005 e janeiro/2006. Os dados foram processados no Programa *Statistical Analysis Software* (SAS). Os resultados indicaram que a maioria dos moradores era jovem (idade média de 26 anos); do sexo masculino; solteiro ou vivendo com companheiro; 53,5% completaram o ensino fundamental. Predominaram as famílias nucleares, chefiadas por homens e a média de ocupação era de 3,5 habitantes por moradia. A força de trabalho concentrou-se em atividades urbanas e as rendas familiares variavam de um a sete salários mínimos. Apesar de ser uma cidade ribeirinha, as oportunidades de trabalho ligadas ao rio e a terra eram escassas. Políticas públicas voltadas para o ensino e trabalho são necessárias para melhorar as condições de vida deste segmento da população.

Palavras-chave: censos, desigualdades em saúde, enquete socioeconômica, satisfação no emprego, renda familiar.

ABSTRACT. Living conditions of riverine families residing in affordable housing in Porto Rico, Paraná State, Brazil. As part of a larger group of ecological studies, this work aimed to determine the living conditions of people residing in the three affordable housing complexes in Porto Rico, Paraná State, Brazil. The sample was comprised of 63 families. One adult per household was interviewed, after informed consent and confidentiality terms were expressed. Socioeconomic data were obtained from the sampled group by means of home surveys, during the months of June 2005 and January 2006. Data were analyzed using the Statistical Analysis Software (SAS) software. The results indicated that the majority of residents were young (mean age = 26 years); male; single or living with a partner; 53.5% had completed middle school. Nuclear families prevailed, headed by men, and the occupancy average was 3.5 inhabitants/household. The lines of work were concentrated in urban activities, and family income varied between one and seven times the minimum wage. Despite being a riverine municipality, work opportunities associated with the river and land were scarce. Public policies geared towards education and labor are necessary in order to improve the living conditions of this segment of the population.

Keywords: censuses, health inequalities, socioeconomic survey, job satisfaction, family income.

Introdução

O ser humano, normalmente, não vive só, mas em um contexto familiar, pois encontra na família (nuclear ou não) a sua rede de apoio mais próxima. A família nuclear é composta por um casal com seus filhos. Os pais, sogros, sobrinhos e netos são considerados parentes e os demais membros que compartilham da moradia, conviventes. Por isso, as famílias são referidas como unidades fundamentais para análises estatísticas relativas a diversos temas, como condições de vida, renda, comportamentos demográficos e participação no mercado de trabalho (SOARES; SABÓIA, 2007).

Estudos sobre condições de vida de grupos populacionais específicos tornam-se relevantes, à medida que fornecem indicadores sobre possíveis desigualdades sociais e de saúde de uma determinada população (ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, 2003).

Uma das tendências dessa modalidade de estudo é o uso de indicadores sintéticos com vistas a

conhecer as condições de vida de grupos populacionais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e permite calcular a média dos níveis de renda, saúde e educação de uma determinada população (BARCELLOS et al., 2002; MINAYO et al., 2000).

> A renda é avaliada pelo PIB real per capita; a saúde, pela esperança de vida ao nascer e a educação, pela taxa de alfabetização de adultos e taxa de matrículas nos níveis primário, secundário e terciário combinados. Renda, educação e saúde seriam atributos com igual importância como expressão das capacidades humanas (MINAYO et al., 2000, p. 10).

O IDH é um indicador abrangente, porque possibilita conhecer tanto os aspectos econômicos como os aspectos de natureza social e cultural da população em estudo (MINAYO et al., 2000). Esse indicador vem sendo aplicado para verificar as iniquidades nas regiões e municípios (BARCELLOS et al., 2002).

O conhecimento dos dados sócio-demográficos de uma determinada população, o tipo de atividades que exercem e as condições de vida e saúde resultantes, são fundamentais para o processo de intervenção que visa preservar elementos bióticos e abióticos do ambiente e proporcionar qualidade de vida digna e saudável para as populações tradicionais (TOMANIK; GODOY, 2004).

Diegues e Arruda (2001) consideram populações tradicionais, os agrupamentos de pessoas com uma história sociocultural anterior de conflitos e conquistas de espaços para sobrevivência, distribuídos em dois conjuntos distintos, os indígenas e os não-indígenas, que incluem ribeirinhos, caiçaras, sertanejos, açoreanos, praieiros, quilombolas. Os participantes dos referidos conjuntos compartilham características comuns, preservam modos de vida particulares e articulam conhecimentos sobre biodiversidade, crenças e valores.

Trabalho anterior, realizado por Paiola e Tomanik (2002), mostra que boa parte dos moradores do município de Porto Rico, (Estado do Paraná, Brasil) pode ser considerada como participante de uma população tradicional, ainda que não plenamente. Esses moradores enfrentam um processo de transição entre seu estilo de vida e as formas de pensamento e de ação mais típicas do sistema capitalista de produção. Seus saberes e suas práticas sobre ambiente são elementos importantes para as tentativas de compreensão e de manutenção dos processos ecológicos daquela região.

Como forma de continuidade dos trabalhos desenvolvidos na região, o presente estudo visou levantar as condições de vida de moradores dos conjuntos habitacionais daquele município e apresentar algumas propostas de ação para minimizar os problemas vividos pela parcela menos favorecida economicamente da população.

Região do estudo e antecedentes

A região do estudo insere-se na Planície Alagável do rio Paraná, entre a foz do rio Paranapanema (na divisa de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná) e o reservatório de Itaipu (situado entre o Brasil e o Paraguai). Parte dessa área compreende o Parque Nacional de Ilha Grande, a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinheima (PAIOLA; TOMANIK, 2002). É o último trecho remanescente do rio Paraná livre de barramentos em território brasileiro. Essa área apresenta "[...] boa representatividade da fauna original e continua tendo papel fundamental na manutenção da diversidade biótica regional" (AGOSTINHO, 1997, p. 456).

O município de Porto Rico foi fundado na década de 1950 e emancipado de Loanda em 21 de abril de 1964. Situa-se no Estado, entre os municípios de Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Porto São José, às margens do rio Paraná. Está distante 615 km da capital do Estado, Curitiba e 180 km do Campus-sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM), instituição mantenedora da Base Avançada de Pesquisas, situada no núcleo urbano de Porto Rico (IBGE, 2007; IPARDES, 2008; TOMANIK et al., 2009) (Figura 1).

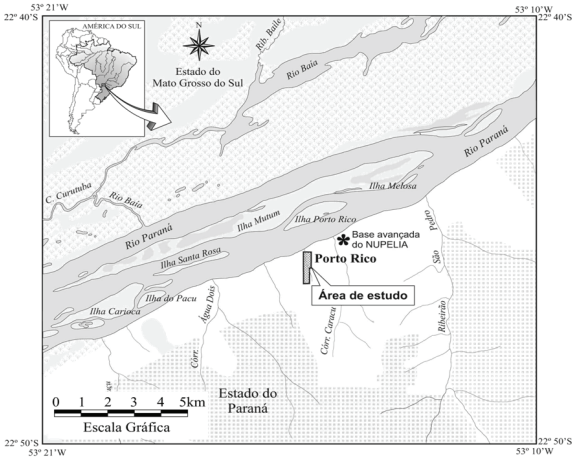

Figura 1. Mapa da Planície Alagável do rio Paraná, com localização da área de estudo. Município de Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil.
Fonte: UEM/Nupélia, s.d.

A Universidade Estadual de Maringá, Estado do Paraná, comprometida com a melhoria das condições de vida da população e do ambiente na região, vem estudando as comunidades biológicas e os aspectos ambientais, tanto do leito como nos entornos daquele rio (AGOSTINHO; ZALEWSKI, 1996).

Historicamente, essa região era habitada por grupos indígenas até o final do século XIX, quando foi invadida por imigrantes. Agricultores nordestinos, paulistas, do Sul do País e de outras partes do Estado do Paraná migraram para a região na década de 50 do século passado, na esperança de melhorar de vida. Vieram movidos por um projeto do Governo do Estado do Paraná que visava, a partir da distribuição de terras na região, a ocupação, o desmatamento e a implantação da cultura cafeeira (SPONCHIADO et al., 2002; TOMANIK et al., 2009).

Após duas décadas, ocorreu uma crise mundial na cafeicultura, que deu origem a uma política nacional de erradicação parcial do café. Os pequenos produtores optaram por outras culturas (algodão, milho e mandioca) ou pela pecuária, que usava pouca mão-de-obra, desencadeando o desemprego e o esvaziamento populacional de toda região. Grande parte da população migrou para as ilhas ou para outros municípios em busca de novas oportunidades (ROSA, 1997; TOMANIK et al., 2009).

> A população expulsa do campo, não encontrando emprego no setor urbano, migra, resultando municípios que diminuem sua população a cada ano que passa. A maior parte da população que fica está sujeita à oferta de empregos sazonais e à falta de maiores alternativas de sobrevivência na cidade (GODOY; EHLERT, 1997, p. 439).

No final de 1982 e início de 1983, grande enchente afetou a população e expulsou os ilhéus que retornaram ao continente, principalmente aos meios urbanos, sem condições mínimas de vida. Sem escolaridade e formação profissional, a pesca era e ainda continua sendo uma das poucas opções para sua subsistência (PAIOLA; TOMANIK, 2002).

A construção das hidrelétricas de Porto Primavera no Estado de São Paulo e de Itaipu no Paraná também trouxe impactos adversos para o ambiente e para os organismos que ali habitam, inclusive para as comunidades ribeirinhas. As barragens alteraram o nível do rio, mantendo-o abaixo do normal. Esses processos têm influenciado o ciclo de reprodução dos peixes, comprometendo sua diversidade e, consequentemente, a renda dos pescadores (TOMANIK, 1997; TOMANIK et al., 1997).

Censos demográficos e ocupacionais realizados na planície de inundação do rio Paraná mostram que "[...] as condições de degradação ambiental local vêm sendo acompanhadas, por processos de degradação das condições de vida, ao menos para uma parcela considerável da população" (TOMANIK, GODOY, 2004, p. 253).

Porto Rico é um município de pequeno porte e ocupa uma área de 227 km^2. Segundo dados do Censo de 2007, possui 2.462 habitantes, densidade demográfica de 10,84 hab. km^{-2}, grau de urbanização de 64,35% e IDH Municipal de 0,748. Há em torno de 821 ligações na rede de abastecimento de água e 1.056 ligações na rede energia elétrica, além da coleta sistemática de lixo (IPARDES, 2008). A rede de esgoto e tratamento de águas pluviais está em fase de construção.

O município pertence à 14ª Regional de Saúde e Macrorregional de Saúde do Noroeste do Paraná com sede em Paranavaí. Três estabelecimentos públicos de saúde, prestadores de serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS), prestam atendimento básico à população cadastrada (2.336 pessoas distribuídas em 715 famílias). Os casos de média complexidade, inclusive ortopedia, são encaminhados a municípios próximos, Santa Cruz de Monte Castelo, Loanda ou Paranavaí, e os de alta complexidade, para Curitiba (IBGE, 2007).

No núcleo urbano foram edificados três conjuntos habitacionais de alvenaria ao longo da Rua Joaquim de Campos: à esquerda está situado o conjunto Flamingo e, à direita, os conjuntos Pôr-do-Sol e Casa Feliz. Esses conjuntos foram construídos para abrigar famílias de baixa renda, desprovidas de moradia própria e vítimas dos impactos socioeconômicos e ambientais ocorridos na região. Essa parcela da população necessita de maior atenção das esferas governamentais, com a colaboração das instituições de ensino e pesquisa na busca por soluções para minimizar seus problemas.

Material e métodos

A pesquisa é baseada em um estudo ecológico com base territorial. "As investigações de base territorial utilizam uma referência geográfica para a definição das suas unidades de informação, em qualquer nível de abrangência (por exemplo, bairros, distritos, municípios, estados, nações, continentes)" (ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, 2003, p. 158).

O estudo foi realizado nos três conjuntos habitacionais de Porto Rico, Estado do Paraná, nos meses de julho de 2005 e janeiro de 2006. O conjunto Casa Feliz abrigava dez residências de

alvenaria, o Pôr-do-Sol, 35 e o Flamingo, 28. Foram excluídas dez residências do estudo, das quais, uma pertencia ao conjunto Casa Feliz (o morador não se encontrava no local); cinco ao Flamingo (o morador não estava na primeira residência; na segunda, morava uma adolescente sozinha e as demais estavam desabitadas) e quatro, ao Pôr-do-Sol (duas residências estavam vazias e duas eram de turistas oriundos de outros municípios). Para este estudo foi considerado que cada residência abrigava uma família, independente do número de moradores.

A amostra foi constituída por 63 famílias com residência fixa nos respectivos conjuntos. Um adulto de cada família foi convidado a participar do estudo, após ser informado sobre os objetivos do mesmo e a confidencialidade dos dados e ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi realizado um inquérito domiciliar com vistas a obter informações sobre as condições demográficas (sexo, idade, estado marital, nível de escolaridade) e laborais (atividades produtivas desempenhadas e renda) dos moradores das residências populares. Os dados foram analisados no Programa *Statistical Analysis Software* (SAS) e comparados aos dados socioeconômicos, derivados de estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre longevidade, educação e renda e de outros levantamentos realizados na região. Apesar de ser um roteiro fechado, alguns comentários interessantes dos entrevistados foram anotados e ilustrados na discussão.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá – COPEP, sob o Parecer nº 404/2005.

Resultados e discussão

O total dos moradores, dos conjuntos habitacionais incluídos neste estudo, representava 10,5% da população do município de Porto Rico, Estado do Paraná. As 63 famílias envolvidas no estudo abrangiam um total de 224 pessoas, sendo 118 do sexo masculino (52,6%) e 106 do feminino (47,4%). O conjunto de moradores era constituído principalmente por jovens, com idade média de 26 anos, variando de 11 meses a 88 anos. O grupo infanto-juvenil representou 44,2% dos moradores dos conjuntos, seguido por adultos jovens (33,48%).

A distribuição por grupos etários diferiu nos dois extremos, em comparação com o totaldos moradores do município, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1. População residente no município e conjuntos habitacionais, por faixa etária e sexo. Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil. 2005/2006.

Local		Porto Rico*		Três Conjuntos Habitacionais			
Grupo etário / sexo		N	%	N	%	Masculino	Feminino
Infanto-juvenil	0 a 9 anos	415	40,04	44	44,20	26	18
	10 a 19 anos	442		55		32	23
Adulto jovem	20 a 29 anos	357	31,63	33	33,48	17	16
	30 a 39 anos	320		42		18	24
Meia idade	40 a 49 anos	237	18,17	29	17,86	16	13
	50 a 59 anos	152		11		3	8
Terceira idade	60 a 69 anos	124	10,14	8	4,46	5	3
	70 ou + anos	93		2		1	1
Total geral		2140	100,00	224	100,00	118	106
%		100		10,5		52,6	47,4

Fonte: *População do município de Porto Rico, segundo dados do Censo 2000 (PARANÁ, 2005).

As famílias residentes nos conjuntos habitacionais eram compostas por chefe (28,2%), cônjuge (19,2%), filhos (45,9%) e os demais (6,7%) ocupantes da moradia eram parentes (pais, sogros, sobrinhos e netos). Predominavam famílias nucleares chefiadas por homens (73%). A figura do cônjuge esteve presente em 43 famílias, assumida pela mulher na maioria das residências (97,6%), segundo os respondentes. Em relação ao estado marital dos integrantes das famílias, 50,4% estava solteiro, 41,9% mantinha união estável e 7,7% já havia sido casado (separado, divorciado ou viúvo). A taxa média de ocupação nos conjuntos era de 3,55 pessoas por família/residência.

No que tange ao grau de instrução, excluídas as 25 crianças abaixo da idade de escolarização, 60,3% dos moradores tiveram acesso ao ensino fundamental, 27,2% ao ensino médio e apenas 4% aos cursos superiores. Ainda foram computados 17 adultos analfabetos (8,5%) nas faixas etárias compreendida entre 30 e 69 anos.

As atividades ocupacionais exercidas pelos moradores foram distribuídas em três categorias, de acordo com um critério que já vinha sendo adotado em outros estudos sobre a região (TOMANIK et al., 1997; TOMANIK; GODOY, 2004): urbana, agropecuária (ligadas ao rio e à terra) e outras ocupações (Tabela 2).

A maioria dos moradores exercia atividades no meio urbano, por meio de empregos formais ligados ao comércio e ao serviço público ou atividades informais, que abrangiam os serviços braçais ligados à construção civil para os homens e as atividades domésticas para as mulheres. Poucos trabalhadores ocupavam atividades profissionais ligadas diretamente ao rio ou à exploração da terra. Os demais moradores se enquadravam como aposentados ou pensionistas, trabalhadores afastados por doenças ou desempregados, além de um grupo composto por crianças e adolescentes, que não trabalhava formalmente.

Tabela 2. Categorias e tipo de ocupações por grupos de atividades laborais exercidas em Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil. 2006.

Atividades laborais	Categorias	Número de trabalhadores e suas ocupações
Urbanas (47,77%)	Serviços domésticos	18 caseiros, 9 diaristas, 1 babá, 12 "do lar" (não-remunerado);
	Comércio	3 cabeleleiras, 2 frentistas, 2 fiscais, 1 recepcionista de hotel, 4 cozinheiras, 1 camareira, 1 lavadeira, 1 corretor de imóvel, 1 representante comercial, 1 balconista, 1 vendedor, 1 auxiliar de depósito, 1 soldador;
	Construção civil	18 pedreiros, 2 eletricistas;
	Serviços de apoio	6 serviços gerais, 4 motoristas, 3 vigias
	Ensino	4 professores e 1 atendente de creche;
	Serviços de Saúde	2 agentes comunitário de saúde (ACS), 1 auxiliar de enfermagem, 1 auxiliar odontológico e 1 auxiliar de farmácia.
Agropecuária (6,69%)	Diversas	10 pescadores, 1 construtor naval e 4 bóia-frias.
Outras (45,54%)	Diversas	10 aposentados ou pensionistas, 7 desempregados, 1 afastado por doença e 86 não trabalham (crianças e adolescentes).

Os dados sobre os rendimentos familiares foram agrupados tomando-se como base o Salário Mínimo vigente para a região em janeiro de 2006, que era de R$ 300,00. As rendas familiares variavam de menos de um Salário Mínimo (quatro famílias) até sete ou mais salários (uma família), mas a maioria (66,68%) recebia entre um e três salários (Tabela 3).

Tabela 3. Renda familiar segundo a ocupação dos moradores das residências populares do município. Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil. 2006.

Ocupação/ Renda	Urbana N	Rio/Terra N	Outras N	Total n	Total %
Abaixo de R$ 300,00	2	1	1	4	6,35
R$ 300,00 a 599,99	17	3	4	24	38,10
R$ 600,00 a 899,99	13	1	4	18	28,58
R$ 900,00 a 1.199,99	5	1	1	7	11,11
R$ 1.200,00 a 1.499,99	1	-	-	1	1,58
R$ 1.500,00 a 1.799,99	2	-	2	4	6,35
R$ 1.800,00 a 2.099,99	4	-	-	4	6,35
Acima de R$ 2.100,00	1	-	-	1	1,58
Total geral	45	6	12	63	100

Um terço das famílias complementava suas rendas com a ajuda de programas governamentais, como Bolsa Família e/ou Vale Gás. As ocupações ligadas ao rio e principalmente a terra tendiam a gerar rendimentos familiares normalmente inferiores aos proporcionados pelas atividades urbanas.

Todas as residências dos três conjuntos eram de alvenaria, diferindo no tamanho e na planta física de cada habitação. No Pôr-do-Sol, as residências possuíam 36 m^2 de área construída (sala/cozinha, banheiro e dois quartos), ao passo que nos conjuntos Flamingo e Casa Feliz, 32 m^2 (sala/cozinha, banheiro e um quarto).

Observou-se que havia residência em melhor condição habitacional e do seu entorno, porque foi reformada e/ou ampliada, pintada, construído calçamento externo, muros ou cercas nas divisas e plantadas árvores frutíferas, hortaliças e/ou plantas ornamentais. Em alguns lotes foram construídos cômodos em anexo ou pequenas habitações.

Em relação à infraestrutura dos conjuntos, todas as residências tinham acesso à energia elétrica e à água encanada, com instalações sanitárias internas e um tanque externo, para lavagem de roupas. A coleta de lixo ocorria três dias na semana (alternados), com encaminhamento dos resíduos sólidos para o aterro sanitário municipal. Até aquele período, apenas as ruas dos conjuntos Pôr-do-Sol e Casa Feliz estavam pavimentadas e não havia acesso à rede de esgoto nem para águas pluviais nos três conjuntos.

Problemas de infraestrutura, observados no município de Porto Rico, Estado do Paraná, são comuns nas periferias urbanas e comprometem as condições sanitárias dos bairros. Estudo sobre qualidade de vida urbana de Palmas, Estado de Tocantins, constatou que em determinados bairros, ocorria intensa "[...] segregação sócio-espacial e a proliferação dos assentamentos informais" (KRAN; FERREIRA, 2006, p. 134), elevando a densidade habitacional (número de unidades habitacionais por hectare), pela construção de várias edificações nos fundos dos lotes, constituídas por dois cômodos e banheiro ou um quarto e banheiro, sobrecarregando a infraestrutura urbana.

Cesar (2005) argumenta que, para uma casa ou apartamento ficar em mínimas condições para habitação deve ter a instalação de rede interna de água e esgotamento sanitário ligados à rede pública e de iluminação artificial elétrica. O entorno da habitação deve estar provido de ruas pavimentadas, com guias e sarjetas, iluminação pública, rede de esgoto e coleta de lixo regular. O autor considera a moradia inadequada, na ausência de um ou mais desses requisitos.

Kran e Ferreira (2006) comentam que, se o bairro não dispõe da rede de esgotamento sanitário, os moradores constroem fossas sépticas em pequenas áreas, comprometendo as condições sanitárias no entorno das habitações. Ademais, ruas não pavimentadas trazem desconforto aos moradores: nos dias chuvosos dificultam o trânsito (veículos, motos e bicicletas) e no período seco, provocam poeira. A poeira interfere negativamente na manutenção das condições higiênicas das pessoas

e do domicílio e favorece o desenvolvimento de doenças respiratórias. A falta de pavimentação no bairro dificulta, também, o serviço de coleta de lixo, principalmente, nos dias chuvosos e induz maus hábitos à população, que deposita os resíduos em terrenos baldios.

A falta ou precariedade dos serviços de saneamento vem sendo apontada como fator determinante do adoecimento da população nos países em desenvolvimento, elevando os índices de morbidade e mortalidade, principalmente em crianças (BRASIL, 2004). Os serviços de saneamento imprescindíveis para a prevenção de doenças e a qualidade de vida urbana são: abastecimento de água, coleta e tratamento de águas residuais, limpeza pública, drenagem urbana; controle de artrópodes e roedores, controle da poluição das águas, do ar, do solo e dos alimentos; além do saneamento dos meios de transporte, de locais de reunião, recreação e lazer, de locais de trabalho, de escolas, de hospitais, de habitações, no planejamento territorial, em situações de emergência, entre outros (PHILIPPI JÚNIOR; MALHEIROS, 2005).

No caso das residências populares do município de Porto Rico, parte desta situação foi superada. No ano de 2008 foi pavimentado o prolongamento da Rua Antonio Corsetti, via de acesso ao município de Porto São José, localizada à direita dos conjuntos Pôr-do-Sol e Casa Feliz. As ruas do conjunto Flamingo também foram pavimentadas, exceto a Rua dos Papagaios. Foi iniciada a construção da rede de captação de esgotos e de águas pluviais em todo o núcleo urbano. E, apesar da coleta de lixo ocorrer três dias na semana, há moradores que ainda depositam lixo e entulhos nos terrenos baldios próximos. Noronha e Andrade (2005, p. 412) associam o comportamento das pessoas ao conjunto de informações que elas possuem, ao afirmarem que, "[...] pessoas mais escolarizadas tendem a adotar hábitos de vida mais saudáveis [...]".

De acordo com os indicadores oficiais, as condições de vida em Porto Rico vêm melhorando. O IDH do município passou de 0,640, em 1991, para 0,748, em 2000. Houve melhora em três dimensões: longevidade, educação e renda (PNUD, 2004).

Longevidade reflete indiretamente as condições de saúde da população e indica a esperança ou expectativa de vida ao nascer. Em 2006, a expectativa de vida ao nascer foi de 72,4 anos no Brasil, 74,4 anos na Região Sul e 73,8 anos no Paraná (70,7 para homens e 77,04 para mulheres) (BRASIL, 2007). Em Porto Rico, essa taxa vem aumentando gradativamente: passou de 64,4, em 1991, para 70,0 anos de vida, em 2000. No outro extremo, a taxa de fecundidade decresceu de 3,1 para 2,7 filhos por mulher, assim como o coeficiente de mortalidade infantil, em menores de um ano de vida, de 42,6 para 18,6 por mil nascidos vivos, no mesmo período (PNUD, 2004), acompanhando a tendência nacional.

> A transformação da estrutura etária do País, de uma composição jovem para envelhecida, reflete os efeitos da redução da taxa de fecundidade, iniciada em meados da década de 1960, e da queda da mortalidade. Ademais, as estruturas etárias regionais retratam não só os efeitos diferenciados da redução da fecundidade e da mortalidade, como, também, de distintos fluxos migratórios (IBGE, 2004, p. 7).

Esta última afirmação provavelmente é válida para a população de Porto Rico, uma vez que estudos como os de Tomanik et al. (1997) e Tomanik e Godoy (2004) apontam a existência, ali de forte tendência de emigração. Acrescenta-se ainda o fato de que os serviços de saúde têm investido na atenção à saúde da mulher e da criança, por meio de profissionais vinculados à Atenção Básica e ao Programa Saúde da Família, refletindo na queda da morbidade e da mortalidade materno-infantil.

No Brasil, pessoas acima de 60 anos representam 8,6% da população total. Martin et al. (2005, p. 152) afirmam: "Vivemos em uma nação com grandes proporções de jovens, ao lado de uma crescente população que atingiu e passa dos 60 anos de idade". O processo de envelhecimento em Porto Rico também se aproxima da tendência nacional, já que os idosos representam 10,14% da população do município. Nos três conjuntos estudados a proporção foi menor, 4,46% dos moradores tinham 60 ou mais anos de vida, talvez em decorrência das condições ocupacionais que forçam parte da população a ir à busca de novas oportunidades de trabalho e de obtenção de renda. Por outro lado, a porcentagem de crianças, adolescentes e adultos jovens mostrou-se superior no município investigado e principalmente nos conjuntos.

A distribuição por sexo dos moradores nos três conjuntos esteve próxima do equilíbrio. A população masculina superou a feminina em 5,3%, exceto na faixa etária de 30 a 39 anos, na qual as mulheres apresentaram maior percentual. Levantamento demográfico na região indicou que a proporção entre homens e mulheres estava equilibrada, acompanhando a tendência nacional da época (TOMANIK et al., 1997). No País, as taxas de mortalidade por sexo mostram uma inversão com o avançar da idade, em torno de 5,3% a mais para mulheres (IBGE, 2004).

> O pequeno diferencial entre os nascimentos de meninos e meninas se reflete na composição da população por gênero. Como o número de nascimentos de meninos é um pouco maior do que de meninas, este fato se evidencia na composição da população por gênero nos primeiros grupos etários. Como consequência da taxa de mortalidade masculina ser maior do que a feminina, o diferencial decorrente do maior número de nascimentos de meninos vai-se diluindo com o aumento das idades até que o número de mulheres passe a ultrapassar o de homens e continue ampliando a diferença (IBGE, 2004, p. 7).

A taxa média de ocupação nos domicílios visitados foi de 3,55 moradores, semelhante à da composição familiar média do núcleo urbano como um todo, que era de 3,7 (TOMANIK et al., 1997). Em 1993, o número médio de pessoas por domicílio era 4,0. Esta média foi reduzida para 3,7 em 1999 e em 2004, para 3,5 moradores. Uma das justificativas para a queda desse indicador foi a progressiva diminuição no número médio de filhos por mulher (IBGE, 2004).

Em 4,8% dos domicílios dos conjuntos pesquisados, sete pessoas co-habitavam um mesmo espaço, por causa das condições financeiras insuficientes para manter duas moradias. A composição familiar na região da planície de inundação do rio Paraná pressupõe processos de solidariedade social, pois agrega moradores que não integram a família nuclear moderna (TOMANIK; GODOY, 2004). Apesar de que, em 7,9% dos domicílios, havia um único morador. Esse valor está um pouco abaixo do nível nacional, que apresentou 10,5% de domicílios nestas condições (IBGE, 2004). Tal situação pode ser atribuída ao número de pessoas solteiras que vivem independentes ou de uniões desfeitas.

Em relação à educação, o município de Porto Rico dispõe apenas de instituições de ensino na rede pública, com oferta de instrução até o nível médio. No ano de 2005 ocorreram 705 matrículas, distribuídas em: 162 na pré-escola, 413 no ensino fundamental e 130 no ensino médio (IPARDES, 2006; IBGE, 2007). Aqueles que almejavam continuar seus estudos precisavam buscá-los em outras localidades.

Dentre os moradores dos conjuntos que apresentavam algum nível de escolarização, a diferença por gênero foi de 6,6% maior para os homens, o que era esperado para o local, se considerarmos que eles eram maioria (53,3%). Estes dados diferem dos encontrados na realidade nacional.

> Os níveis de escolarização apresentam sensível diferença por gênero. No grupo de 5 a 17 anos de idade, o percentual de pessoas que não frequentavam escola foi de 9,5% para os homens e 8,4% para as mulheres. Nos três grupos etários (5 e 6 anos, 7 a 14 anos e 15 a 17 anos), a taxa de escolarização feminina suplantou a masculina. Em termos regionais, somente o grupo de 7 a 14 anos de idade das Regiões Sudeste e Sul as taxas de escolarização dos dois gêneros ficaram no mesmo nível (IBGE, 2004, p. 11).

Os analfabetos, aqueles não-capacitados para a leitura e a escrita, representaram 7,6% dos moradores dos conjuntos investigados, sendo quatro homens e 13 mulheres, com idade acima de 30 anos. No município, a taxa de analfabetismo em pessoas com 15 ou mais anos de idade era de 12,9%, em 2000 (IPARDES, 2006), maior do que a nacional, que registrou 11,4% para o mesmo grupo etário. "A evolução da escolarização reflete-se no nível da taxa de analfabetismo da população" (IBGE, 2004, p. 11). Em cidades do interior, é comum encontrar entre as pessoas com idades mais elevadas, homens com nível de instrução maior do que das mulheres "[...] refletindo ainda os efeitos de uma época em que a educação feminina era menos valorizada" (IBGE, 2004, p. 12).

Independente do sexo, 14 desses analfabetos estavam na faixa etária produtiva. O nível de instrução e de qualificação profissional pode ser um diferencial na seleção de candidatos a uma vaga de trabalho. Em Porto Rico, esse fator parece não influenciar tanto na relação atividade ocupacional e renda oferecida, ou seja, as instituições empregadoras nem sempre oferecem um plano de carreira, como incentivo para quem deseja melhorar sua escolarização. Tanto é que nem toda pessoa, ao concluir um curso, recebe incremento no salário. Como relatou um entrevistado, atendente da creche municipal, portador de curso de especialização e recebia salário de R$ 385,00. Ao passo que outro entrevistado, era professor especialista e recebia quatro Salários Mínimos (cerca de R$ 1.200,00), porque era servidor do Estado e, como tal, beneficiava-se de um plano de carreira.

Na população estudada, a categoria de serviços domésticos era a que empregava maior contingente de moradores, seguida pelas categorias do comércio, da construção civil e dos serviços de apoio, decorrentes da expansão de condomínios habitacionais destinados a turistas. Os órgãos públicos apareceram como a maior fonte de renda ocupacional urbana. Diversos moradores eram servidores municipais e/ou estaduais, ligados aos serviços de saúde, de educação e ao setor de apoio.

Diversas atividades ocupacionais, dentre as exercidas pelos envolvidos no estudo, não dependem de escolarização como pré-requisito, mas do conhecimento do ofício que, normalmente, é transmitido entre as gerações, como nos casos de pescadores, de boias-frias ou de trabalhadores domésticos. As oportunidades de trabalho ligadas ao rio e à terra são escassas na região e economicamente pouco compensadoras (TOMANIK, et al., 1997). Tanto é que apenas 6,69% do grupo estudado exerciam atividades no rio ou na terra e, normalmente, fazia parte do subgrupo que auferiu menores rendas familiares.

Em 2000, a população economicamente ativa no município era de 1.114 pessoas. A arrecadação do PIB municipal foi constituída pelo comércio varejista, com 53,7%, a agropecuária com 44,09% (criação de gado bovino, algodão e mandioca) e a indústria com 2,21% (extração de minerais, material de transporte e produtos não metálicos) (IPARDES, 2008). Como visto, pelo tipo de exploração agrícola da região, a diferença de apenas 9,6 pontos percentuais de participação no PIB local entre as atividades comerciais e agropecuárias não se refletia diretamente nos índices de ocupação, já que as atividades comerciais e de prestação de serviços ocupavam cerca de 6,7 vezes mais pessoas que o trato com a terra ou as atividades ligadas ao rio. Dentre os moradores dos conjuntos que exerciam atividades ligadas à terra, dois (0,9%) eram funcionários da Prefeitura (viveiro e horta) e quatro (1,8%) trabalhavam como boias-frias.

As atividades "do lar", na maioria das vezes, eram exercidas por mulheres, inclusive por adolescentes ou idosas sem remuneração, enquanto os "serviços domésticos" ocorriam nas residências, hotéis ou pousadas. Geralmente essas atividades são executadas por trabalhadores informais com baixo nível de instrução, como caseiros, diaristas ou empregados domésticos. "A maior ocorrência de ocupações informais de baixa remuneração gera problemas sociais, como habitações inadequadas e alto índice de analfabetismo" (BERCINI; TOMANIK, 2006, p. 71).

Para Tavares et al. (2008), a feminilização no envelhecimento que vem ocorrendo em faixas etárias mais velhas deve impulsionar a necessidade de ações sociais e de saúde voltadas às necessidades dessas mulheres, já que a maioria delas possui menor escolaridade e renda, comprometendo a sua sobrevivência e integridade social.

Sendo Porto Rico uma cidade próxima a um grande rio e a uma região lacustre rica em biodiversidade, seria esperado que as ocupações ligadas ao rio proporcionassem mais e melhores oportunidades de emprego e renda. Estudo apreendeu que para os pescadores, "[...] a pesca é um prazer e até mesmo um momento de (re)afirmação de um estilo de vida" (TOMANIK, 1997, p. 423). No entanto, esses profissionais enfrentam obstáculos como os baixos preços do pescado, as dificuldades de comercialização, a diminuição dos cardumes – especialmente das espécies de maior valor comercial, produzidas principalmente pelas alterações introduzidas no regime de vazão do rio Paraná (AGOSTINHO, 1997) – e os períodos de proibição da pesca que dificultam suas atividades.

A atividade pesqueira na região é vista como uma atividade de lazer pelos turistas e pode representar benefícios para o município. No entanto, para ao menos uma parte dos moradores locais, o crescimento do turismo voltado para a pesca esportiva ou mesmo para a fruição da natureza da região, tem trazido mais problemas que benefícios. Ainda que o crescimento de empreendimentos voltados para a exploração do turismo na região tem gerado poucos postos de trabalho, já que boa parte da mão-de-obra é contratada fora da região, em função da qualificação (TOMANIK et al., 2009).

No setor rural, o pequeno produtor assume as atividades da propriedade para garantir a subsistência da família. Como a agricultura depende do período de safra (plantio e colheita), as contratações são temporárias, geralmente de boias-frias. A pecuária emprega pouca mão-de-obra. Assim, a forma de ocupação da terra exercida na região "[...] exclui ou limita muito a participação do elemento humano e o mercado de trabalho urbano não parece comportar um número maior de pessoas" (TOMANIK et al., 1997, p. 404).

Em "outras" ocupações, apareciam de um lado, os aposentados ou pensionistas. Muitos deles garantiam a subsistência da família e/ou ajudavam a cuidar dos netos. De outro, o mesmo grupo incluía os desempregados, dentre os quais havia dois ex-ilhéus, um analfabeto (56 anos de idade) e outro que sabia ler e escrever pouco (60 anos). Ambos estavam doentes, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, o pior, sem aposentadoria. Os demais tinham nível de instrução variada e idade entre 18 e 40 anos. Godoy e Ehlert (1997) atribuem que a falta de opções laborais na região tem motivado a população, especialmente os jovens, para a procura de emprego fora do município.

Estudo sobre índice de desenvolvimento das famílias, em municípios do Estado do Rio de Janeiro, apontou a desigualdade de oportunidade de trabalho e o acesso ao conhecimento como uma das dimensões mais críticas. Os grupos mais vulneráveis são formados

por famílias com chefe acima de 65 anos de idade ou chefiadas por mulheres (NAJAR et al., 2008).

As mulheres, ao longo dos anos, conforme explicita Martin et al. (2005), têm assumido a responsabilidade formal de chefiar a família. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho contribuiu para o rápido aumento de um processo social, a dupla jornada de trabalho. Muitas mulheres precisam dividir seu tempo, conciliar trabalho e afazeres domésticos, mas elas não podem contratar tais serviços no mercado por razões econômicas (baixo rendimento) ou falta de aparato social público (creches) (SOARES; SABÓIA, 2007).

Entre o grupo pesquisado, o mesmo processo ocorria com grande intensidade; 27% das mulheres assumiam a chefia da família, em decorrência da separação, da morte do marido ou da situação de mãe-solteira. Em algumas famílias, a mulher tinha rendimento maior, ainda assim, atribuía a chefia ao marido. Levantamento anterior mostrou que no núcleo urbano de Porto Rico, o número de mulheres que assumem o papel de responsáveis pela família tem aumentado, evidenciando a ausência dos maridos (TOMANIK et al., 1997).

A mulher chefe de família sente-se obrigada a contribuir financeiramente no sustento da família, inserindo-se cada vez mais no mercado de trabalho informal. Ao acumular as tarefas domésticas, não dispõe de tempo para cuidar de si, adoece com maior frequência e procura mais os serviços de saúde. Por essas e outras razões, Soares e Sabóia (2007) recomendam: a mulher precisa distribuir melhor o seu tempo, e assim terá a terceira jornada, que deve ser dedicada aos cuidados pessoais e ao lazer, além do mercado de trabalho e do cuidado à família.

Há de se considerar também que alguns maridos têm contribuído com suas esposas no cuidado com a família, se ambos trabalham. Soares e Sabóia (2007) observaram aumento médio, em torno de 1h de dedicação nos afazeres domésticos, entre os homens que vivem em famílias formadas por casal com filhos.

O conjunto de dados encontrados nesse estudo revela a necessidade de elaborar um plano de ação direcionado à população residente nos conjuntos habitacionais selecionados na presente investigação, estendendo-se também à toda população ribeirinha do município de Porto Rico, com vistas a minimizar os problemas locais relacionados às condições ambientais e de vida.

Nossa proposta de intervenção consiste em desenvolver um trabalho de educação em saúde junto à população, a fim de promover a adoção de medidas de higiene, o uso de instalações sanitárias e destino de águas residuais, a limpeza e conservação do entorno e a destinação adequada de materiais recicláveis, com vistas a propiciar ambiente urbano saudável e prevenir doenças como dengue, verminoses, problemas respiratórios, entre outros.

"A educação em saúde é reconhecida pelo seu potencial para a redução de custos junto a diversos contextos da assistência, por favorecer a promoção do auto-cuidado e o desenvolvimento da responsabilidade do paciente [indivíduo] sobre decisões relacionadas à saúde" (CHAVES et al., 2006, p. 546). Ademais, a escolaridade tem sido associada à melhoria da qualidade de vida e à longevidade (TAVARES et al., 2008).

Outro problema detectado foi a falta de qualificação frente aos avanços do agronegócio, que deixa uma parcela da população às margens dos postos de trabalho, quer nas ocupações urbanas ou rurais. Para superar tal obstáculo, cabe ao município oferecer oportunidades de qualificação nas diversas áreas urbanas e rurais. Em contrapartida, as pessoas precisam estar motivadas para melhorar seus conhecimentos, conquistar novos postos de trabalho, com renda compatível para viver dignamente.

Conclusão

O enfrentamento dos problemas expostos e a implementação de nossas propostas implicariam
Em que as autoridades municipais criassem políticas públicas voltadas para o ensino de qualidade e a geração de trabalho e renda, priorizando-se cursos profissionalizantes voltados para as necessidades do município e região, por exemplo, casa de cultura para os jovens sem emprego, atendimento no comércio e ao turista etc.

Uma possibilidade paralela seria o estabelecimento de parcerias dos serviços municipais com instituições regionais de ensino, para a oferta de cursos técnicos, que pudessem auxiliar a complementar as rendas familiares e, assim, elevar a satisfação, as condições de vida e a saúde desses moradores.

Espera-se, com base nesse conjunto de informações, colaborar com os serviços municipais de planejamento, educação, saúde e saneamento ambiental em Porto Rico, na elaboração de planos de ação que possibilitem melhoras na qualidade de vida dos segmentos menos favorecidos da população.

Agradecimento

Ao Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais da Universidade

Estadual de Maringá, que viabilizou parte da infraestrutura e em especial, à população e Equipe de Saúde de Porto Rico, que de maneira bastante amistosa, sempre acolheram e colaboraram com o pesquisador para concretização dessa pesquisa.

Referências

AGOSTINHO, A. A. Qualidade dos habitats e perspectivas para a conservação. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Ed.). **A planície de inundações do alto do rio Paraná**: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá: Eduem, Nupelia, 1997. p. 455-460.

AGOSTINHO, A. A.; ZALEWSKI, M. **A planície alagável do alto rio Paraná**: importância e preservação. Maringá: EDUEM, 1996.

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. Elementos de metodologia epidemiológica. In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. (Ed.). **Epidemiologia e saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. p. 149-177. (Cap. 6)

BARCELLOS, C. C.; SABROZA, P. C.; PEITER, P.; ROJAS, L. I. Organização espacial, saúde e qualidade de vida: análise espacial e uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. **Informe Epidemiológico do SUS**, v. 11, n. 3, p. 129-138, 2002.

BERCINI, L. O.; TOMANIK, E. A. Representações sociais sobre a saúde e estratégias de enfrentamento das doenças entre mulheres de pescadores no município de Porto Rico, Paraná. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 5, supl., p. 71-76, 2006.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSA. **Indicadores e Dados Básicos para a Saúde no Brasil** – IDB 2007. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br>. Acesso em: 18 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. OPAS. **Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento**: marco conceitual e estratégias metodológicas. Brasília. 2004. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/Mnl_Impac.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2008.

CESAR, C. L. G. Condições de vida. In: CESAR, C. L. G. (Org.). **Saúde e condição de vida em São Paulo**: inquérito multicêntrico de saúde no Estado de São Paulo. São Paulo: USP/FSP, 2005. p. 65-78.

CHAVES, E. S.; LÚCIO, I. M. L.; ARAÚJO, T. L.; DAMASCENO, M. M. C. Eficácia de programas de educação para adultos portadores de hipertensão arterial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 4, p. 543-547, 2006.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio ambiente; São Paulo: USP, 2001.

GODOY, A. G.; EHLERT, L. G. Porto Rico: a difícil sobrevivência do homem e do meio. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Ed.). **A planície de inundações do alto do rio Paraná**: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá: Eduem/Nupélia, 1997. p. 435-451.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@Porto Rico – Pr. **Informações Estatísticas**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 nov. 2008.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. **Síntese de Indicadores 2004**. Comentários. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/comentarios2004.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2007.

IPARDES-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ index.php>. Acesso em: 30 nov. 2008.

IPARDES-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios**. Município de Porto Rico. 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87950&btOk=ok>. Acesso em: 30 jan. 2009.

KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. Qualidade de vida na cidade de Palmas – TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 123-141, 2006.

MARTIN, G. B.; CORDONI JÚNIOR, L.; BASTOS, Y. G. L. Aspectos demográficos do processo de envelhecimento populacional em cidade do sul do Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 4, n. 3, p. 151-158, 2005.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

NAJAR, A. L.; BAPTISTA, T. W. F.; ANDRADE, C. L. T. Índice de desenvolvimento da família: uma análise comparativa em 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, supl, 1, p. 134-147, 2008.

NORONHA, K. V. M. S.; ANDRADE, M. V. Desigualdades sociais em saúde e na utilização dos serviços de saúde entre os idosos na América Latina. **Revista Panamericana del Salud Publica**, v. 17, n. 5/6, p. 410-418, 2005.

PAIOLA, L. M.; TOMANIK, E. A. Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Estatísticas de mortalidade (população). **População por faixa etária** – 2005. Geral. Ordem Alfabética de municípios. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Estatisticas/pop/2005-FE-2000.xls>. Acesso em: 11 dez. 2008.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; MALHEIROS, T. F. Saneamento e Saúde Pública: integrando homem e

ambiente. In: PHILIPPI JÚNIOR, A. (Org.). **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. p. 3-31. (cap. 1)

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Perfil Municipal. Porto Rico (PR). 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 7 maio 2007.

ROSA, M. C. O processo de ocupação e situação atual. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Ed.). **A planície de inundações do alto do rio Paraná**: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá: Eduem/Nupelia, 1997. p. 371-394.

SOARES, C.; SABÓIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 2001 a 2005. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Pesquisa e Indicadores Sociais, 2007 (textos para discussão nº 21). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2007.

SPONCHIADO, D.; EIDT, N. M.; TOMANIK, E. A. Representações sociais sobre o trabalho elaboradas pela população economicamente ativa de uma comunidade ribeirinha do rio Paraná. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 24, n. 1, p. 181-188, 2002.

TAVARES, D. M. S.; GUIDETTI, G. E. C. B.; SAÚDE, M. I. B. M. Características sócio-demográficas, condições de saúde e utilização de serviços de saúde por idosos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n. 2, p. 299-309, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a02.htm>. Acesso em: 4 fev. 2009.

TOMANIK, E. A. Elementos sobre as representações sociais dos pescadores "profissionais" de Porto Rico. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Ed.). **A planície de inundações do alto do rio Paraná**: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá: Eduem/Nupélia, 1997. p. 415-434.

TOMANIK, E. A.; GODOY, A. M. G. Demographic studies in high Paraná river floodplain. In: AGOSTINHO, A. A.; RODRIGUES, L.; GOMES, L, C.; THOMAZ, S. M.; MIRANDA, L. E. (Ed.). **Structure and functioning of the Paraná river and floodplain**: LTER-Site6- (PELD-Sitio06). Maringá: Eduem, 2004. p. 253-257.

TOMANIK, E. A.; GODOY, A. M. G.; EHLERT, L. G. A vida na região: dados sócio-econômicos do núcleo urbano de Porto Rico. In: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Ed.). **A planície de inundações do alto do rio Paraná**: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá: Eduem/Nupélia, 1997. p. 395-413.

TOMANIK, E. A.; PAIOLA, L. M.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, J. B.; FERNANDEZ, S. L. Environmental changes and human work in the region of the upper Paraná river floodplain: processes and interactions. **Brazilian Journal of Biology**, v. 69, n. 2, p. 583-589, 2009.

UEM/NUPÉLIA-Universidade Estadual de Maringá/ Núcleo de pesquisas em limnologia, Ictiologia e Aquicultura. **Arquivo de figuras e fotos**. Maringá, [s.d.].

Received on October 1, 2009.
Accepted on March 3, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.